

Problematizando o instrumento visita domiciliar

Problematizing the home visit

Cristine Jaques Ribeiro¹

Resumo: O presente artigo pretende apresentar a análise da autora sobre o instrumento visita domiciliar. Esta análise surge como resultado das experiências vividas no campo da formação profissional como docente e, em especial, na disciplina de Oficina Profissional, que instiga os acadêmicos a trocar experiências e a posicionar-se frente à intervenção profissional. O texto convida a problematizar o uso do instrumento como legitimação de um poder imposto, bem como reinvenção do seu sentido para a conexão de práticas coletivas e criativas entre visitantes e visitados.

Palavras-chave: visita domiciliar; prática profissional; coletivo; reinvenção.

Introdução

Considera-se a visita domiciliar um instrumento profissional e, conseqüentemente, este é utilizado por diferentes áreas do conhecimento, tornando a sua existência mais frequente na vida das multidões. No entanto, enquanto instrumento de análise, pouco se tem encontrado em termos de produções que problematizem o modo como é utilizado no cotidiano profissional do Serviço Social, bem como analisem como ele ressoa na vida da população (CERTAU, 1998).

Assim, o presente texto surge das experiências vividas pela autora na docência, assim como nos diferentes espaços acadêmicos do curso de graduação em Serviço Social, na Universidade Católica de Pelotas, no ensino junto à prática pedagógica de orientação em estágio curricular, buscando problematizar o sistema de ensino no cotidiano da prática profissional através dos encontros de supervisão acadêmica, orientação de trabalhos de conclusão de curso e nas discussões em sala de aula e, em especial, na disciplina de Oficina Profissional em Serviço Social, na qual os acadêmicos são convidados a trocar experiências e a posicionar-se frente às diferentes realidades do cotidiano profissional.

É recorrente a manifestação dos acadêmicos em questionar a falta de um debate maior sobre a visita domiciliar e a preocupação em tal instrumento se tornar equipamento de punição (FOUCAULT, 2000) frente às histórias de vida que o Serviço Social encontra em seus processos de trabalho.

Para fundamentar a discussão, busca-se, então, dialogar a partir de um movimento desterritorializante e através de uma escrita cujo

¹ Assistente Social, Mestra e Doutora em Serviço Social pela PUCRS, Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas. cristinejr@bol.com.br.

objetivo é ampliar o olhar profissional, propiciando o alargamento deste tema como temática social e objeto de análise científica.

A visita domiciliar - um instrumento de poder

Considerando, hoje, que a sociedade está cada vez mais produzindo sistemas semióticos plagiados pela economia capitalista, é possível afirmar que os instrumentos profissionais fortalecem os códigos sociais de poder que, constantemente, reproduzem padrões de comportamentos policiais na vida heterogênea da população, tornando imperativa a imposição de uma modelização homogeneizante².

Contudo, sabemos que, quando nos aproximamos, a partir da visita domiciliar, no espaço de convivências das famílias, a quem supostamente vamos atender, é recorrente o risco de impor um modelo de vida desconsiderando os arranjos familiares, as histórias, as concepções do viver que podem ultrapassar os sistemas semióticos impostos, pois oferecem, em suas narrativas, um outro olhar de existência que necessita ser considerado (GUATTARI, 1987).

Portanto, problematizar a visita domiciliar enquanto instrumento profissional não é apenas olhá-la como ferramenta, mas, antes, analisar o efeito de seu discurso a partir de uma política simbólica dos estabelecimentos institucionalizados e de suas práticas instituídas (BAREMBLITT, 1998). Não se trata aqui, porém, de negar a validade desse instrumento, e sim de instigar a análise, pois, com esse instrumento, podem ser criadas condições, segundo Félix Guattari, “[...] que permitam aos indivíduos adquirir meios de expressão relativamente autônomos...” (1987, p.55).

Os espaços de formação profissional propiciam a produção de um conhecimento que pretende ser coletivo. Para tanto, tencionar discussões em sala de aula, por exemplo, é poder exercitar a análise sobre as práticas profissionais que estão cotidianamente sendo construídas e legitimadas pelos códigos de verdades manifestadas nos discursos de intervenção ética. No entanto, cabe questionar qual o sentido construído sobre a categoria ética, quando, no discurso profissional, podem ser encontrados modelos estigmatizantes para a população? (GOFFMAN, 1998).

² Encontra-se na obra de Jacques Donzelot uma pesquisa relevante sobre a construção do social e nesta se inclui, especialmente, o modo como as diversas profissões vão produzir instrumentos para reproduzir práticas hierarquizantes. Essa afirmação legitima-se já no prefácio, com os comentários do filósofo francês Gilles Deleuze, quando se refere à apropriação também da psicanálise com o social, não menos impositiva, mas com diferenças operacionais distintas: “Não é que o psicanalista seja um trabalhador social, tal como resultou das outras linhas. Pelo contrário, muita coisa o distingue do trabalhador social: ele não vem em casa, não verifica o que se diz, não invoca nenhuma coerção. Mas [...] seu papel foi de fazer flutuar as normas públicas e os princípios privados, as perícias e as confissões, os testes e as lembranças, graças a todo um jogo de deslocamentos, condensações, simbolizações...” (DONZELOT, 1986, pp. 6-7).

A visita domiciliar, como instrumento impositivo, carrega o discurso higienista³ sobre os modos de vida da população através de uma prática policalesca. O modo punitivo expressa-se já no planejamento das visitas quando há, em determinados momentos, reprodução de discursos como: é preciso “pegar de surpresa o usuário”. Essa postura profissional supõe que há algo escondido que a população não deseja apresentar. Contudo, se construímos relações que pretendem garantir os direitos sociais, bem como denunciar as exclusões produzidas pela sociedade, não seria ético instigar a população a participar como cidadão de direito? E a garantia dessa participação não poderia começar na micropolítica da visita domiciliar, pois, o direito de saber e decidir frente aos acontecimentos implicaria relações transversalizantes entre população e profissionais? (GUATTARI & ROLNIK, 2000).

Sendo a visita domiciliar caracterizada como instrumento profissional, cotidianamente se torna uma das ferramentas para construir a concepção do social e das paisagens desenhadas de modo coletivo. Assim, na tentativa de delinear um mapa de atuação e de atendimento profissional frente às diferentes realidades encontradas pelo profissional de Serviço Social e com a preocupação de incluir cada vez mais a população nos programas sociais fruto da conquista dos direitos sociais, resvalamos na fragilização do próprio atendimento.

Mas qual fragilização está sendo referida? A fragilização em tornar a prática profissional uma prática punitiva, permeada por dogmas morais instituídos socialmente que, na história linear, eram acompanhados do inquérito, com o objetivo de intimidar, inspecionar e fiscalizar os modos de viver da população, fruto do desejo da ordem estabelecida. A reprodução dos preconceitos raciais, os estigmas que marcam as escolhas sexuais, o controle sobre as escolhas dos modos de viver frente aos diferentes arranjos familiares, a legitimação da subalternização do pobre, a institucionalização, os cárceres sutis, articulados a partir das armadilhas maquinadas pelo próprio sistema capitalista, ainda podem ser reproduzidos nos dias de hoje.

Há profissionais que usam a visita domiciliar para realizar uma busca de “coisas”, como provas que atestem alguma situação. A impressão que fica é a de a visita domiciliar terminará no momento em que se encontrar a “coisa” procurada.

Imagine que situação desagradável: você é visitado e o profissional nem olha para você, pergunta coisas sem dialogar com você! Infelizmente há quem faça isso nas visitas(...) (AMARO, 2000, p. 199).

³ A população torna-se objeto de investigação e, mais, de vigilância e intervenção. Fica novamente posta em destaque a questão do corpo – dos indivíduos e da população – sobre o qual novas regras passaram a se impor. A infância e a família, nesse sentido, foram alvos privilegiados: ambas se tornaram instituições reguladas por normas cada vez mais rígidas segundo as quais o corpo limpo e bem cuidado da criança era de responsabilidade da família. Sobre ambos a polícia médica intervinha com dispositivos de controle social através, principalmente, da higiene do corpo (BARROS, 2007, PP. 52).

O poder bio-político (NEGRI ; HARDT, 2001) que se instaura na geração da vida dos coletivos é docilmente adestrado através de diferentes ferramentas de imposição social. Tal imposição social poderá reproduzir a coerção das famílias por intermédio da visita domiciliar, uma vez que o profissional vai até a casa de cada família para codificar a linguagem (PÊCHEUX, 2006) emitida no diálogo coletivo, transformando a sua aproximação em construção de normas de conduta que precisam ser reguladas e adaptadas socialmente⁴.

Codificar a linguagem é torná-la verdade inquestionável (FOUCAULT, 2001). É isso que queremos? É isso que o profissional busca legitimar em sua atuação frente aos atendimentos domiciliares? Pois bem, a valoração moral já é conhecida de longa data, contudo, quando encaminhamos a população segundo a valoração moral (NIETZSCHE, 2006), enclausuramos as possibilidades de transformação que podem ser construídas coletivamente, ou seja, quando afirmamos, a partir da visita domiciliar, que a “família é” produzimos um perfil desejado dentro dos moldes da sociedade casta. Portanto, a capacidade da família em “não ser” se torna inviabilizada. No entanto, é possível concordar que a “família é” naquele momento, mas que poderá “não ser” em outro. Essa última afirmação liberta a família do modelo pré-estabelecido e da regulação imposta pela sociedade capitalista.

Desse modo, quando reconhecemos uma realidade de atendimento por intermédio da visita domiciliar, não negamos as informações encontradas, mas ampliamos o olhar profissional que é um olhar ético-político que reconhece o potencial da família/grupo encontrado. Um exemplo é o tema violência doméstica no cotidiano da prática do Assistente Social, contudo, corremos o risco de intervir pautados nas reproduções de preconceitos que já determinaram o crime, o criminoso e seu encarceramento como solução para proteção da sociedade. No entanto, a violência é uma produção social, e não um ato individual, pois, se há violência doméstica, esta foi construída num processo coletivo e, portanto, legitimado por este.

Outro exemplo:

(...) em nossa atividade no Serviço Social, quantas vezes fazemos uma visita domiciliar de onde voltamos com informações sobre as condições de moradia, sobre quantas pessoas vivem na casa, quanto ganham, mas não temos nenhuma informação sobre o modo de vida das pessoas, não sabemos como vivem a sua vida, quais suas experiências sociais e que significado atribuem a isso. [...] Se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas (MARTINELLI, 1999, p. 20,22).

⁴ Essa afirmação resulta dos debates e das trocas de experiências vivenciadas junto aos acadêmicos nos diferentes espaços da formação profissional em Serviço Social. Cabe aqui questionar: será que a Teoria Funcionalista na prática profissional do Serviço Social perdeu sua força? Ou está vestida com outra roupagem? Certo é que nossos princípios negam tal intervenção, e ela ainda sobrevive no adestramento dos corpos por intermédio de um discurso conservador imperativo.

Assim, reconhecer que “a família poderá ser outra” significa propiciar espaços de trocas de conhecimento para que os componentes possam participar e ver-se num outro processo, que aqui nomeamos como processo molecular⁵.

No entanto, o capitalismo vai criar mecanismos de controle⁶ dos corpos das multidões e, dentre estas, está a população atendida pelo Serviço Social. E o controle vai fortalecer-se pelas imagens reproduzidas pelos diferentes meios de comunicação social que são veiculados nos diferentes espaços de convivência profissional, tornando recorrentes discursos como: “pobreza não é sujeira, então limpe sua casa”; “o pai usa drogas, então o filho também vai usar”; “a mãe é prostituta, a filha também será”. O fato é que não se negam essas possibilidades, mas tornar signo tais realidades é impor já, de antemão, a escolha de como a população vai viver sem, antes, deixar que ela própria possa produzir outros caminhos e outros modos de viver.

Ainda é pertinente afirmar que a fragilidade frente à visita domiciliar também acontece na necessidade profissional de interpretar a realidade, considerando-a absoluta e tornando representativo o que não é. Ou seja, existe algo por trás daquilo que é apresentado e precisa ser analisado, será? As diferentes histórias de vida, os diferentes olhares dessas histórias e os diversos modos de conviver em grupo, em família, coletivamente, desconstroem imagens cristalizadas sobre a vida da população. Dessa forma, as realidades apresentam-se no dito e também no não dito, mas o fato é que elas existem. Basta que o profissional se abra para perceber o que está em sua frente, na tentativa de não criar mitos e símbolos constituídos e caracterizados pelas práticas preconceituosas, que teimam impedir a manifestação das vidas encontradas na visita domiciliar.

Mais uma questão importante que pode impedir uma visita domiciliar profissional transversalizante (BAREMBLITT, 1991) é a concepção de cultura que se tenta construir. Entende-se, aqui, como cultura um conjunto de modelos, normas e regras construídas sobre determinadas realidades. A questão é quem construiu os modelos? Quando é feito algum tipo de análise através do encontro com determinadas famílias, em seus espaços de moradia, seria criativo não reproduzirmos as nossas concepções sobre como “deve-se agir” e, antes, construir juntos as possibilidades de existência, já que:

⁵ O processo molecular é aqui relacionado ao conceito de revolução molecular criado pelo autor Félix Guattari que diz respeito a uma prática política que compõe a superfície de produção, ou seja, um processo agenciado por acontecimentos coletivos, nômades e desejantes.

⁶ A política não vive o meio-dia, como quis Zaratustra de Nietzsche. Ela progride na sombra, uma sombra ampliada que se apresenta contemporaneamente poupando os cidadãos dos efeitos distorcidos da luz do sol, como um terapeuta para o mundo do escravo liberto da caverna platônica. Exige que sigamos servos voluntários; quer-nos domesticados, participando de um mundo de possível controle para os conflitos como ativistas dos direitos civis, políticos e sociais, normalizados e dispostos pela disciplina e pelo controle eletrônico (PASSETI, 2003, pp. 13).

Não se trata [para ela] de transmitir mensagens, de investir imagens como suporte de identificação ou padrões formais como esteio de procedimento de modelização, mas catalisar operadores existenciais suscetíveis de adquirir consistência e persistência (GUATTARI, 1992, pp. 31).

Dessa maneira, com as questões já manifestadas, é possível afirmar que a visita domiciliar se torna um instrumento de poder profissional, mas que também, sendo aproximado dos modos de viver da população, pode exercitar seu poder (FOUCAULT, 1995), não legitimando uma relação autoritária e dogmática, mas um processo coletivo que consegue garantir o exercício micropolítico desse poder.

[...] o assistente social, como sujeito, está em jogo de poder-saber e se põe não só como sujeito da comunicação, mas como aquele que dirige e influencia reciprocamente. Nesse jogo estratégico, o assistente social, além de dispor de um saber (conhecimento específico) materializado em técnicas, instrumentais que orientam metodologias de ação, etc., é portador de uma ética que orienta, inegavelmente, sua intervenção profissional (BRASIL, 2001, p. 167).

Portanto, sendo o Assistente Social um profissional que intervém no cotidiano da vida da população/multidão, ele necessita passar de um olhar moral normativo para um olhar ético. Olhar ético, aqui considerado na relação com outro, na produção da vida, etc., ou seja, um olhar que reconhece uma outra estética, a estética da existência.

A estética da existência é a ética que questiona a própria existência, uma dimensão racional referida à capacidade que o sujeito tem de julgar e fazer escolhas, e, dessa maneira, não se submeter passivamente às normas e às convenções que nos governam. Diríamos que é uma ética do desafio: tentem nos colonizar. É o que definimos como trabalho estético do sujeito consigo mesmo e com os outros, fato que nos leva a falar de uma política da arte de viver que supera o mero individualismo para se centrar nos corolários éticos de uma política de organização da sociedade. (BRASIL, 2001, p. 167)

Visitantes e visitados: conexões possíveis

Passemos, então, para um outro olhar do instrumento, isto é, para sua própria reinvenção. Reinventar o sentido de visita domiciliar, como instrumento profissional, é retirá-lo do lugar absoluto, construindo novos objetivos possíveis. Assim, é possível desconstruir o sentido da própria prática, quando buscamos criar linhas capazes de aproximar o profissional do mundo vivido.

A aproximação profissional, aqui, terá o sentido de conexões possíveis (DELEUZE; GUATTARI, 2004), ou seja, a visita domiciliar propiciará encontros que considerem a diferença como necessária num

processo de transformação social, pois não há exercício autônomo do poder se não reinventarmos o olhar sobre o próprio poder. Mas o olhar reinventado acontece na acolhida da diferença, pois “existir é diferir”⁷.

Consequentemente, é possível reconhecer os modelos epistemológicos construídos durante as diferentes histórias da formação profissional e o constante risco de dissociar teoria e prática, por parte dos profissionais Assistentes Sociais, por exemplo. Contudo, a visita domiciliar pode possibilitar a desconstrução do processo linear e homogêneo, conservado pelos paradigmas tradicionais da profissão no encontro entre professor, acadêmicos, profissionais e população, tornando o espaço do cotidiano um espaço de re-encantamento com um outro modo de viver a profissão. Esse outro modo se manifesta num criar que se constitui no “processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, transforma-se espontaneamente...” (MATURANA, 2005, pp.29).

Desse modo, o processo de construção coletiva de uma outra “educação”, a partir de práticas pedagógicas que instigam o re-encantamento profissional junto com a população, tornará possível o rompimento com as hierarquias do conhecimento, reconhecendo um saber heterogêneo vibrátil.

Para que essa proposta se efetue, os diversos espaços da formação profissional necessitam ser considerados como espaços de produção do conhecimento coletivo constante, no exercício da alteridade, do cuidado, da atenção cartográfica e na acolhida das multiplicidades como categorias teóricas importantes na perspectiva de uma “formação libertadora”, na tentativa de romper cotidianamente com outras categorias teóricas que teimam em reproduzir-se na prática profissional através do preconceito, da exclusão social e na reprodução de estigmas que disciplinam os corpos envolvidos, como bem lembra Michel Foucault em suas diversas obras.

A implicação dos acadêmicos frente aos modos de viver encontrados por intermédio da visita domiciliar agencia outras práticas profissionais capazes de desconstruir lugares territorializantes. O social transforma-se num movimento do vir a ser, escapando dos modelos, dos perfis e dos roteiros profissionais pré-estabelecidos, pois os significados constituídos pela linguagem do senso comum, existente, inclusive, na linguagem acadêmica, são desconstruídos no encontro com as diferentes histórias de vida.

A escuta sensível e a acolhida ao diferente são potencializadas pela orientação de um tipo de prática que busca abrir-se no cotidiano para as multiplicidades, extraíndo a vida que ainda resiste às imposições do sistema capitalista. Portanto, não se trata de perder o rigor científico, mas antes de não colocá-lo em lugar privilegiado. Reconhecer a narrativa coletiva (BENJAMIM, 1996) é poder permitir um contar mediante

⁷ Expressão utilizada pelo sociólogo Gabriel Tarde em sua obra: *Monadologia e Sociologia*, referenciada por Tiago Seixas Themudo no cabeçalho: “Existir é diferir, e, de certa forma, a diferença é a dimensão substancial das coisas, aquilo que elas têm de mais comum”.

diferentes olhares capazes de transformar o seu próprio viver. Assim, o diferente, aqui, são os coletivos que estão em constante mutação.

Consequentemente, o instrumento visita domiciliar contribuirá para desconstruir rótulos acerca da vida da população encontrada, pois propicia aproximação com outros mundos, outras histórias, outros olhares que no contar coletivo, constroem um outro modo de viver e de existir, antes não perceptível aos campos institucionalizados.

Transformar a realidade na perspectiva apresentada será resultado de um processo coletivo desejante, já que a aceitação do diferente resistirá aos padrões sociais impostos reproduzidos junto às famílias hoje atendidas pelo Serviço Social. Então, os novos “arranjos familiares” serão reconhecidos, como também, seus direitos de existência, que são desenhados por seus diversos modos de se manifestar e aí se incluem, por exemplo, a própria homossexualidade a qual ainda sofre coerções, mesmo com toda a defesa dos direitos humanos no mundo.

Portanto, a acolhida das trajetórias e a busca da resolução dos possíveis “problemas” serão percebidas pelo profissional que permite o pouso prático movido por uma “atenção sensível” (KASTRUP, 2007), para perceber a capacidade que existe na população de construir suas próprias linhas de superação frente às imposições do sistema capitalista. Ou seja, não se trata de negar o uso do instrumento profissional, mas sim de fazê-lo coerentemente com aquilo pelo qual a profissão tanto luta, que é não reproduzir subalternos no sistema. E isso se inclui na própria relação construída profissionalmente.

Visitantes e visitados se conectam, e a conexão acontece quando se potencializa “uma escuta sensível, um olhar atento, um despertar curioso para a vida que se manifesta cotidianamente nos diferentes mundos das multidões que encontramos” (RIBEIRO, 2007, p. 115). Dessa forma, o instrumento se reinventa, perdendo um possível propósito vigiador, como se reinventa também seu modo de operar quando o espaço do habitar ultrapassa o espaço material da casa permitindo encontros entre visitantes e visitados onde os saberes se permitem conectar. Por que não sentados numa pedra com a proteção da sombra de uma árvore? Pois não é o lugar propriamente que vai garantir o contar “verdadeiro” de como vivemos, mas sim o modo como conduzimos o instrumento para a produção de um diálogo que supere dificuldades e garanta qualidade de vida.

Criar outros instrumentos profissionais bem como re-criar os de uso habitual, como a visita domiciliar, depende da pré-disposição dos profissionais e da população. Ou seja, quando os profissionais criam outros modos de dialogar que não apenas aqueles que acontecem com o único objetivo de preencher formulários, por exemplo, e quando a população rompe com seu lugar “docilizado”, é possível construir novas conexões que busquem criar outras práticas frente à opressão cotidiana.

O que se registra aqui, é que o potencial coletivo cria ferramentas de viver no cotidiano. Um exemplo ocorre quando a população constrói junto seu próprio caminhar, abandonando o lugar de receptor das migalhas oferecidas por políticas assistencialistas e torna-se ator de suas

próprias práticas, bem como quando o profissional abandona o lugar de porta-voz para permitir que a voz da população atendida possa se manifestar, pois ela já existe, basta querer ouvir.

Assim, este texto quer problematizar o instrumento visita domiciliar, questionando a sua finalidade, ou seja, para que serve? Qual o propósito? Para instituir? Para vigiar? Para punir? Para adestrar? Para rotular? Para perseguir? Ou para criar práticas capazes de acolher a diferença? Práticas que instiguem processos autônomos? Práticas autorizadas pela participação do coletivo em seus encaminhamentos? Prática que produzem um sentido sobre a categoria ética, que é o de denunciar a moral homogeneizante que impõe modos de conduta, de bom comportamento, de controle sobre a sexualidade dos corpos envolvidos, isto é, práticas que denunciem um controle punitivo sobre a vida? Práticas que questionem os lugares hierarquizantes que decidem quem pode, ou não, falar sobre qualquer coisa? Práticas que escancarem o saber existente em lugares onde, muitas vezes, é negligenciado?

Abolir o castigo reproduzido pelas práticas profissionais, através de seus diversos instrumentos de intervenção, deveria ser uma constante nas práticas que denunciam exploração, opressão, marginalização, discriminação, entre outros substantivos encontrados na sociedade hoje. Mas, como bem lembra Leal: “Não teremos que nos submeter a uma forma, afinal seremos inventores do percurso” (2004, p. 28). Enfim, não se trata de acabar com instrumento profissional, mas de reinventá-lo num sentido capaz de produzir encontros e saberes autônomo na formação de profissionais de Serviço Social e da população.

Reconhecer que a visita domiciliar não é um instrumento natural, mas uma produção das práticas profissionais. Daí, evidencia-se a importância de poder problematizá-la, com o intuito de modificá-la, a fim de propor cotidianamente a qualificação da prática do Assistente Social. Produzir a demanda desse instrumento é apostar em práticas ocupadas com a competência, e não com apenas o desempenho de funções. Portanto, problematizar a “visita domiciliar como visita profissional” é poder rever a intervenção nas suas diferentes facetas e esse exercício é feito pela escolha político-ética construída entre visitantes e visitados:

Toda escolha tem uma história, melhor seria talvez dizer que toda escolha é uma história porque ela é produzida por um conjunto de forças que faz irromper, em um dado momento, a si mesma como escolha. Em verdade, se nos pensamos colhidos neste campo de forças, a escolha se faz, nos constitui ao mesmo tempo que a constituímos como escolha. (BARROS, 2007, pp. 317).

A afirmação acima se autoriza na perspectiva de que, quando o profissional utiliza o instrumento, visita domiciliar, há implicação da relação que se conecta num campo de forças e de saberes coletivos. Essa busca profissional desenha-se num paradigma político-ético-estético (GUATTARI, 1992), rompendo com a perspectiva individualista, harmoniosa e adaptativa que tenta ainda se arrastar no campo da prática

do Assistente Social. Desse modo, defende-se que a visita domiciliar pode torna-se dispositivo do encontro entre visitados e visitantes, para opor-se à pragmática esmagadora dos seres em grupo, pois se arrisca a experimentar processos de conquista coletiva.

Reinventar o instrumento⁸ retirá-lo de uma perspectiva invasora para fazer proliferarem dimensões capazes de considerar as singularizações que pulsam em cada espaço do habitar revisitado pelos visitantes e visitados, uma vez que o desafio será de perspectiva, ou seja, daquilo que se deseja propor e criar como prática profissional.

A visita domiciliar é um instrumento intermediário, um dispositivo que pode irromper territórios cristalizados, verdades instituídas, escapando dos saberes constituídos para produzir saberes constituintes, produzindo conexões entre o cotidiano da vida familiar, por exemplo, e as expectativas dessa família.

As famílias visitadas não são homogêneas. Então, o que interessa na visita domiciliar é o que o instrumento dispara/agencia, e não o que regula. Assim, o instrumento não “deve” ser harmonizador, equilibrante, estabilizador, mas sim um dispositivo que proporcione gerar processos coletivos criativos.

O que se põe em questão na Visita Domiciliar é a possibilidade do desvio, desviar-se dos atravessamentos instituídos pela moral da homogeneidade.

É importante afirmar que a intervenção profissional nessa perspectiva terá a preocupação de implicar-se, ou seja, a implicação é movimentar-se contra a cópia/modelo, reconhecendo a potência existente nos diferentes modos de vida encontrados pela visita domiciliar. Reconhecer, na visita domiciliar a possibilidade de encontros que podem proliferar-se na dimensão criativa de seus agentes é essencial.

É possível conhecer uma família reconhecendo que suas práticas se dão num constante processo de deslocamento, ou seja, “(...) um deslocamento fundamental de referência para o indivíduo se deu quando esta passou da terra, de sua comunidade imediata, para fábrica” (BARROS, 2007, PP. 43). Portanto, num constante processo de desterritorialização deixamos de “ser” a cada cotidiano, deslocamos das

⁸ Aqui vale relacionar a perspectiva da visita domiciliar com o que autora Maria Lucia Martinelli afirma sobre a perspectiva dos sujeitos que participam do processo de pesquisa, em sua obra *Pesquisa Qualitativa – um instigante desafio*: “Como pensam sua problemática? Que significados atribuem as suas experiências? (...) não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Como não estamos procurando medidas estatísticas, mas sim tratando de nos aproximar de significados, de vivências, não trabalhamos com amostras aleatórias, ao contrário, temos a possibilidade de compor intencionalmente o grupo de sujeitos com os quais vamos realizar nossa pesquisa. (...) Quanto mais emoção colocarmos nas nossas pesquisas, mais vida elas terão (1999, pp. 20, 21, 22, 24 e 26). Portanto, ainda Martinelli faz uma apologia ao verso de Cecília Meirelles sobre a vida: “A pesquisa só é possível reinventada” (1999, PP. 19). E afirmo, aqui, que o instrumento de intervenção visita domiciliar só é possível reinventado.

identidades cristalizadas em nossos corpos nômades, já que é possível recusar os modelos de referência para um “vir a ser”, um devir família.

Enfim, é possível, no instrumento visita domiciliar, criar dispositivos de manifestação que rompam com a “idéia” da vigilância e da intervenção policialasca, desconstruindo práticas profissionais que tenham o objetivo de fiscalizar os modos de viver das famílias por intermédio das concepções do certo-errado, limpo-sujo, bem-mal.

Abstract: This article presents an analysis of the home visit as an instrument of intervention. It is the result of the author's experiences during professional teacher training and, in particular, during the Professional Workshop course where students were encouraged to exchange experiences and take a stand as regards professional intervention. The text invites the reader to discuss the use of the home visit as a means of legitimization of an imposed power, and to reinvent its meaning for the connection between collective and creative practices between visited visitors and visited.

Words Key: Home visit; professional practice; collective; reinvention.

Referências

AMARO, Sarita T. A. *Visita domiciliar: orientações para uma abordagem complexa*. In: Fenômeno uma teia complexa de relações. Porto Alegre: EDIPUC, 2000. 217pp.

BAREMBLITT, Gregório. *Cinco Lições sobre a transferência*. SP: Hucitec, 1991. 142pp.

_____. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*. 4º ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1998. 235p.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 10º ed. Brasiliense, 1996. 253p.

BARROS, Regina de Benevides. *Grupo- a afirmação de um simulacro*. POA: UFRGS, 2007. 347pp.

BRASIL, Maria Glauciria Mota. *A ética na profissão como estética da existência*. In: Serviço Social & Sociedade. Ano XXII Março 2001. Seguridade Social e Cidadania. São Paulo, Cortez, 2001. 208pp.

CERTAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. 2º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 372pp.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004. 95pp.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2º ed. RJ: Graal, 1986. 209pp.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 22º ed. RJ: Vozes, 2000. 262pp.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 14º ed. RJ: Graal, 2001. 152pp.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. RJ: Forense Universitária, 1995.

GOFFMAN, Erving. *Estigma- notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4º ed. RJ: LTC, 1998. 158pp.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: Pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 229pp.

_____. *Caosmose – um novo paradigma estético*. RJ: Editora 34, 1992. 203pp.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Sueli. *Micropolítica cartografias do Desejo*. 6º ed. RJ: Vozes, 2000. 327pp.

KASTRUP, Virginia. *O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo*. 2007. Mimeo.

LEAL, Bernardina. *Leituras da infância na poesia de Manoel de Barros*. IN: KOHAN, Walter O. *Lugares da Infância*. RJ: DP&A, 2004. 184pp.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). *Pesquisa Qualitativa- um desafio instigante desafio*. São Paulo, Veras Editora, 1999. 143pp.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Tradução de José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. 98pp.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. 2º ed. RJ: Record, 2001. 501pp.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral – uma concepção polêmica*. São Paulo: Companhia de Letras, 2006. 179pp.

PASSETI, Edson. *Anarquismo e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003. 326pp.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso – estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4º ed. SP: Pontes, 2006. 68pp.

RIBEIRO, Cristine Jaques. *As Manifestações dos Modos de Viver Caboclo- uma cartografia coletiva num assentamento de reforma agrária*. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. 130pp.

TARDE, Gabriel. *Monadologia e sociologia*. RJ: Vozes, 2003. 110pp.

